

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte A CRÍTICA

Class.: Política Indígena

Data 22/07/93

Pg.: G3R00695

Autoridades apóiam luta indígena

A reunião das mais 30 organizações dos povos indígenas da Amazônia Brasileira recebeu ontem visitantes especiais que foram hipotecar solidariedade à campanha de demarcação das terras e às demais lutas dos povos: o Secretário de Segurança do Estado, Mauro Campbell, representando o Governador Gilberto Mestrinho, o Arcebispo de Manaus, Dom Luiz Vieira, o coordenador regial da Fundação Nacional do Índio (Funai), Manuel Cerejo e o representante do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores, João Pedro Gonçalves. Depois dos discursos dos visitantes, o assessor da Codenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Amarildo Tukano lamentou que há 500 anos os índios ouçam muitos discursos bonitos, mas sem nenhuma prática. "Por isso hoje queremos da sociedade apoio à nossa luta e não pena", advertiu.

O Secretário Mauro Campbell reafirmou a defesa do governador pela demarcação das terras com "patriotismo e responsabilidade". Gilberto Mestrinho, um dos assinantes do abaixo-assinado que corre o Brasil e vários Continentes pedindo a demarcação das terras indígenas, conhece a problemática indígena e defende a demarcação, lembrou o seu representante. "O governador reconhe-



A reunião da Coiab reúne cerca de 30 organizações

ce a falta vontade política ao Governo Federal para a demarcação das terras", explicou. O Arcebispo de Manaus, Dom Luiz Vieira foi outro que manifestou seu apoio à luta dos índios e destacou o papel importante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), neste aspecto. Ele falou ainda de sua preocupação com a democracia na América Latina. "A crise econômica e política que resulta num grave quadro social é uma ameaça à democracia", assegurou.

as demarcações. "Em novembro de 1992, a Funai apresentou um projeto ao Governo Federal no qual só para ações de assistência ao índio foram calculados Cr\$ 16 bilhões", exemplificou ele, que vem trabalhando conjuntamente com o Ibama, Fundação Nacional de Saúde (FNS). "A Funai continua sendo referência para os índios", argumentou. O representante do Partido dos Trabalhadores (PT), João Pedro lembrou que a demarcação é uma necessidade urgente porque ela

representa para o índio a justiça social que falta ao trabalhador brasileiro. "Não existe democracia na América Latina", assegurou ele, ao constatar que assim como falta ao índio terra, esta falta ao trabalhador rural, enquanto os latifundiários continuam acumulando terras para a especulação. "Há uma minoria vivendo muito bem com esta crise social, mas a maioria passa fome", advertiu.

O presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Miguel Feeney, disse que neste Ano Internacional dos Povos Indígenas, o Cimi completa 21 anos de trabalho e luta ao lado destes povos. "Sempre estivemos ao lado dos indígenas, participando de cada luta e não somos falsos protetores como dizem", defendeu-se. "Eles próprios podem dizer sobre o nosso trabalho", completou. O assessor da Coiab, Amarildo Machado Tukano, ao se manifestar em nome da entidade, lembrou que os índios estão há 500 anos ouvindo discursos que não têm prática. "Nós estamos aqui exigindo justiça e não pena dos brancos", argumentou ele ao lembrar as atividades da Coiab e a nova visão que a coordenação trouxe não só ao País, mas também ao mundo sobre a necessidade da demarcação das terras.

Cimi divulga nota condenando a Casa Civil

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), divulgou nota à imprensa condenando a atitude da Casa Civil que, através de sua Subchefia para Assuntos Jurídicos, devolveu ao Ministério da Justiça as minutas de decretos para a demarcação de seus áreas indígenas, alegando a necessidade de serem ouvidos o Estado Maior das Forças Armadas (Emfa), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (Embrapa) e as Centrais Elétricas Brasileira (Eletrobrás).

De acordo com a nota do Cimi, a decisão da Casa Civil baseia-se no aviso presidencial nº 745/SG-PR do ex-presidente Fernando Collor. Na época - como agora - o aviso foi contestado pela Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça que o considerou ilegal e impertinente, diz a nota ao lembrar que naquela ocasião, a própria Secretaria Geral da Presidência da República voltou atrás em sua decisão, rendendo-se ao parecer do Ministério da Justiça.

O Cimi explica que o processo de identificação e demarcação das terras indígenas segue os procedimentos

estabelecidos pelo decreto nº 22 de 4 de fevereiro de 1991. Pelo decreto, os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, no âmbito de suas competências, devem prestar informações sobre a área objeto de estudo ao grupo técnico da Funai, no prazo de 30 dias contados a partir da publicação do ato que constituir o referido grupo.

"O prazo constitucional de 5 de outubro aproxima-se e, nem por isso o governo dá sinais de agilizar o processo administrativo de demarcação das terras indígenas que se encontra praticamente parado", de-

nuncia o Conselho Indigenista, ao criticar a repetida justificativa de falta de recursos para a identificação e a não assinatura do Ministro da Justiça das portarias delimitando 19 áreas cujos processos encontram-se em suas mãos, para a demarcação, alegando sempre a falta de recursos e por último a obstrução da homologação a ser feita pelo presidente da República com argumento totalmente inconsistente. O Cimi conclui a nota lembrando que no Ano Internacional dos Povos Indígenas, o governo deve garantir o direito dos povos indígenas à terra, demarcando conforme determina a Constituição.